

CAE debate com governadores endividamento do Nordeste

A convite do presidente da comissão, senador Ney Suassuna, os governadores da região discutirão a possibilidade de redução do percentual da receita destinado ao pagamento da dívida, atualmente de 13%, para o teto de 5%



Sete governadores nordestinos já haviam confirmado presença, até ontem à noite, na reunião de hoje da CAE

Governadores do Nordeste estarão reunidos hoje com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a partir das 17 horas, para discutir alternativas de pagamento da dívida dos estados da região. Convidados pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna, eles debaterão a proposta de redução do percentual da receita que deve ser destinado ao serviço da dívida, atualmente de 13%. Uma das alternativas em estudo é a de diminuição desse percentual para 5%, como prevê projeto apresentado pelo senador José Alencar.

PÁGINA 3



Plenário homenageia dom Hélder Câmara

O arcebispo dom Hélder Câmara, falecido na sexta-feira, foi homenageado ontem por diversos senadores em plenário. Marina Silva o classificou como "o mais importante líder da Igreja brasileira". Tião Viana destacou a importância do religioso para "todas as gerações dos últimos 50 anos".

PÁGINA 8

A dedicação de dom Hélder Câmara ao trabalho de combate à pobreza foi elogiada por senadores de oposição e da base governista

PROJETO DEFINIRÁ LIMITES DAS CPIs

Os poderes e limites de investigação das comissões parlamentares de inquérito deverão ser definidos em projeto de lei que será apresentado pela CPI do Sistema Financeiro.

PÁGINA 4



Os senadores João Alberto, Bello Parga e Lúcio Alcântara participaram da reunião fechada de hoje da CPI

ACM quer aplicar adicional do IR na área social

Presidente do Congresso defende que manutenção da alíquota de 27,5% para quem ganha mais de R\$ 1.800 deve ser condicionada ao investimento da arrecadação excedente em programas de erradicação da pobreza

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que, se for mantida a alíquota do Imposto de Renda em 27,5% para quem ganha acima de R\$ 1.800, os recursos adicionais devem ser utilizados na área social. Está previsto para hoje o envio ao Congresso de projeto de lei prorrogando a alíquota por mais dois anos.

Na opinião de Antonio Carlos, se não se destinar uma parte do Imposto de Renda para beneficiar projetos da área social, como a sua proposta de erradicação da pobreza, a manutenção não faz sentido. A alíquota de 27,5% deveria acabar em dezembro deste ano. O presidente Fernando Henrique Cardoso



Para ACM, Fundo de Estabilização poderá ser mantido se não dificultar situação dos estados e municípios

também deverá enviar ao Congresso proposta de emenda constitucional propondo a manutenção do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

Sobre a manutenção do FEF, o presidente Antonio Carlos Magalhães antecipou que se a medida não dificultar a situação de estados e municípios não terá problemas em ser aprovada pelo Congresso. "Se prejudicar,

Segundo senador, aliança com PSDB poderá enfrentar "constrangimentos" no futuro

Ao ser abordado pela imprensa na chegada a seu gabinete do Senado, o presidente Antonio Carlos Magalhães comentou, na condição de um dos líderes do PFL, que "é natural" que o presidente Fernando Henrique manifeste intenção de apoiar um candidato de seu partido, o PSDB, para sua sucessão. O presidente da República fez essa afirmação em entrevista ao jornalista Boris Casoy, da Rede Record.

Antonio Carlos destacou que "o PSDB tem bons nomes, como o Tasso", e não descartou o apoio do seu partido a um deles, dentro

de uma eventual e futura aliança. Ele admitiu, entretanto, que a atual aliança poderá enfrentar alguns "constrangimentos" no futuro, por conta da opção feita pelo presidente. O senador também reafirmou o propósito do PFL de apresentar candidato nas eleições de 2002.

A respeito dos movimentos em torno da possível flexibilização da atual política econômica, para abranger maiores preocupações com o social, Antonio Carlos afirmou que já disse tudo o que pensava sobre o assunto. "Não há nada de novo", frisou.

nada feito", afirmou. Esta é a terceira vez que o FEF, criado em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE) poderá ser prorrogado.

Sobre sua expectativa diante do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003, que o governo deverá anunciar hoje, Antonio Carlos disse que antes de emitir opinião quer conhecer os projetos e as regiões contempladas. Somente depois é

que ele comentará e apresentará suas sugestões e propostas até de modificação do plano, se for o caso.

Mesmo considerando que é cedo para falar na sucessão presidencial, Antonio Carlos disse que não achava fácil a manutenção da aliança entre o PFL e o PSDB na próxima eleição para presidente. Ele lembrou que Fernando Henrique serviu como ponto de união

entre os dois partidos, nas duas últimas eleições.

Antonio Carlos mencionou alguns políticos que poderiam substituir Fernando Henrique no papel de ponto de união entre os dois partidos. Do PSDB, ele citou o governador do Ceará, Tasso Jereissati, e do PFL, o vice-presidente Marco Maciel, e os governadores Jaime Lerner, do Paraná, e Roseana Sarney, do Maranhão.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

10h30 - Recebe Martus Tavares, ministro do Planejamento e Orçamento

11h30 - Participa da cerimônia de apresentação do "Avança Brasil: Plano Plurianual 2000/2003" e dos "Orçamentos da União para o ano 2000"

Local: Palácio do Planalto - Salão Nobre

15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

18h30 - Recebe Francisco Weffort, ministro da Cultura

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em 2º turno da *PEC nº 53/99, que ajusta o texto constitucional à criação do Ministério da Defesa; *PDL nº 169/99, que aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Oiapoque (AP); e PLC nº 63/97, que dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Ofício "S" nº 18/99, encaminha ao Senado parecer Dedip/Diare - 99/097, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de São Francisco de Paula (MG), para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundeurb), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 242 mil, a preços de 31.10.98, destinada ao financiamento de estudos, projetos técnicos, execução de obras e construção de galpões industriais; *PLS nº 255/97, fixa o prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte; *PLS nº 325/99, dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores e máquinas agrícolas por pequenos produtores rurais; *PLS nº 84/99, concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos; *PLS nº 433/99, acrescenta parágrafo ao art. 34 da Lei nº 9.249/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido; e *PLS nº 405/99, altera o inciso XIII art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples.

17h - *Audiência pública com os governadores da região Nordeste com a finalidade de discutir o ajuste fiscal e a formação de uma frente para implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 225/99, que dispõe

sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 236/99, que dispõe sobre educação profissional em nível nacional; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; *PLS nº 340/99, que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLC nº 146/99, que denomina "Aeroporto Internacional de Guarulhos - Ulysses Guimarães" o Aeroporto Internacional de São Paulo no município de Guarulhos (SP); *PLS nº 320/99, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco (AC); e os *PDLs nºs 168, 74, 112, 134, 140, 142, 148, 160, 167, 154, 82, 33, 164, 78, 111, 165, 161, de 1999, que aprovam o ato que renova a permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: *Reunião Interna. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 160/99, submete à apreciação do Senado a escolha de José Nogueira Filho, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel; *PDL nº 148/98, aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; *PDL nº 36/99, aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e Argentina; *PDL nº 43/99, aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul; *PDL nº 134/99, aprova a adesão do Brasil ao texto do Acordo de Cooperação entre as Repúblicas Populares de Angola e Moçambique, as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné Bissau, Portuguesa e as Repúblicas Democráticas de São Tomé e Príncipe no Domínio do Desporto; e os *Requerimentos s/nº/99, do senador Tião Viana, solicitando sejam realizadas audiências públicas sobre o tema "A Amazônia - patrimônio ameaçado?"; e do senador Roberto Freire solicitando a convocação dos ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia e da Defesa, Elcio Alvares; Cleuber Vieira, general e comandante do Exército; Sérgio Chagas Teles, almirante-de-esquadra e comandante da Marinha; e Walter Werner Brauer, tenente-brigadeiro e comandante da Aeronáutica para prestarem informações da posição brasileira acerca da tentativa de regionalização pelos Estados Unidos dos conflitos internos da Colômbia, bem como da ingerência norte-americana nos assuntos internos brasileiros referentes à política de combate ao narcotráfico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

18h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (Diversos nº 2/99-CN); *Ata da 6ª reunião ordinária; *Projetos de Lei nºs 8, 10 e 11/99-CN; e *Proposta de alteração do art. 13 do Regulamento Interno da Comissão. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães - Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Governadores do Nordeste debatem endividamento na CAE

Eles foram convidados pelo presidente da comissão para discutir com os senadores uma proposta alternativa de pagamento da dívida

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), realizará audiência pública com governadores do Nordeste hoje, às 17 horas, com o objetivo de examinar alternativas de pagamento da dívida dos estados da região. Já confirmaram a presença na reunião os governadores de Alagoas, Ronaldo Lessa; da Bahia, César Borges; da Paraíba, José Maranhão; de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos; do Piauí, Francisco de Assis de Moraes; do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho; e de Sergipe, Albano Franco. Até ontem à noite ainda não haviam confirmado presença na reunião o governador do Ceará, Tasso Jereissati, e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Os governadores foram convidados pelo presidente da comissão e debaterão com os senadores uma proposta alternativa de redução do percentual de pagamento da dívida, que atualmente é de 13% para os estados, segundo estabelece a Resolução nº 78, do Senado, que dispõe sobre as regras de refinanciamento das dívidas e operações de crédito dos estados.

Uma das alternativas que deverão ser examinadas é a redução desse percentual para 5%, confor-



Ney Suassuna diz que muitos estados estão sem recursos para realizar obras sociais

me projeto do senador José Alencar (PMDB-MG). Existe também a proposta, defendida pelos secretários da Fazenda de todos os estados, de fixação do percentual em 7%. O presidente da comissão disse esperar um acordo sobre essa medida.

A situação dos estados nordestinos é difícil, segundo Suassuna, e os governadores levarão ao conhecimento dos senadores dados sobre receita, despesa, condições de pagamento e de empréstimos. Os governadores deverão pedir na CAE soluções alternativas para as regras estabelecidas pela Resolução nº 78, pois consideram que esta gerou impasses para o pagamento das dívidas estaduais.

— Hoje, alguns estados estão

sendo prejudicados por essa resolução. Muitos estão com as suas contas em dia, como é o caso da Paraíba, mas não podem pegar empréstimos de instituições financeiras internacionais porque estão impedidos pela resolução, e acabam ficando sem recursos para a realização de obras sociais — disse Suassuna.

De acordo com o representante da Paraíba, é preciso que os senadores participem mais dos grandes debates nacionais nas reuniões da comissão. Ele disse que, nesse sentido, a CAE poderá desempenhar bem o papel de ser um fórum para discutir e encontrar soluções compatíveis com as medidas econômicas, como o ajuste fiscal promovido pelo governo.

CAE examina prazo de 60 dias para a restituição do Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), deverá examinar hoje, em reunião marcada para as 10h, projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa em 60 dias após a entrega da declaração o prazo máximo para que a Receita Federal restitua o Imposto de Renda recolhido na fonte ou pago a título de antecipação. O projeto tem parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CAE também apreciará hoje a possibilidade de os pequenos produtores rurais obterem isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de tratores e máquinas agrícolas. A proposta é do



Pedro Simon é autor do projeto que fixa prazo de 60 dias para a devolução do IR

limitados à potência máxima de 60 HP.

Constam ainda da pauta outras oito matérias, entre elas projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, destinados ao preparo de alimentos para pessoas carentes; do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), permitindo que diversas categorias profissionais possam optar pelo regime do

Simplex; e do senador Ademir Andrade (PSB-PA), estabelecendo que as assembleias legislativas sejam notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou Distrito Federal.



O plenário promove hoje o segundo dia de discussão, em segundo turno, da emenda que ajusta à Constituição a criação do Ministério da Defesa

Índios poderão ter seu próprio sistema de assistência à saúde

A União poderá instituir um subsistema de atenção à saúde indígena, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Projeto neste sentido está na pauta de votações na sessão deliberativa ordinária do Senado de hoje. De acordo com a proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, caberá à União, com recursos próprios, financiar esse serviço.

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), que foi relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta é uma tentativa de garantir o atendimento público de saúde àquelas

populações, mediante “um tratamento diferenciado”. A matéria foi relatada favoravelmente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo senador Tião Viana (PT-AC).

Na sessão plenária transcorre ainda o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda que ajusta à Constituição a criação do Ministério da Defesa e dos comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Os senadores vão examinar também projeto que outorga à Beija-Flor Radiodifusão permissão para explorar serviço de radiodifusão em FM na cidade de Oiapoque (AP).

Projetos estimulam divulgação de informações sobre desaparecidos

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje para apreciar projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que incentiva os meios de comunicação, de transportes e outras empresas a publicarem fotos de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados. A comissão vota ainda outro projeto relativo a pessoas desaparecidas, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que obriga as rádios e TVs a destinarem



Camata quer que as emissoras de rádio e TV divulguem informações sobre desaparecidos

pelo menos dois minutos de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos.

A CE vota também duas matérias sobre a reutilização, no ensino fundamental e médio, e a distribuição,

para alunos da rede pública, de livros didáticos. Além disso, a pauta prevê a análise de projeto que trata da introdução do estudo dos direitos humanos na formação dos agentes de polícia.

CPI vai propor lei para regular investigação parlamentar

Projeto, que será discutido pelos senadores encarregados de apurar irregularidades no sistema financeiro, tem como objetivo deixar claro quais são os poderes das comissões parlamentares de inquérito



Os integrantes da CPI perceberam a necessidade do projeto depois que sucessivas decisões do Supremo tornaram sem efeito providências tomadas pela comissão

A CPI do Sistema Financeiro deverá discutir e propor ao Congresso Nacional projeto de lei onde ficarão claros os poderes e os limites de investigação das comissões parlamentares de inquérito, informou ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), integrante da CPI dos Bancos.

Conforme o senador, a mudança legislativa tornou-se necessária depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ao julgar dois mandados de segurança, que a CPI do

Sistema Financeiro não pode determinar a indisponibilidade de bens e a busca e apreensão de documentos de pessoas investigadas.

A CPI reúne-se a portas fechadas hoje, a partir das 17h, exatamente para analisar o conteúdo das decisões do STF e discutir que caminhos tomar. Roberto Saturnino informou, em entrevista à imprensa, que irá sugerir na reunião que a comissão apresente ao Congresso um projeto de lei com o detalhamento das atribuições das CPIs.

O plenário do Supremo tomou as decisões sobre indisponibilidade de

bens e busca e apreensão de documentos ao julgar o mérito de mandados de segurança impetrados pelo ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola (ex-Banco Marka).



Fora isso, ministros do STF concederam nove liminares a pessoas investigadas pela CPI, as quais tiveram sigilos bancário, telefônico e fiscal quebrados por decisão da CPI. O plenário do Supremo ainda não se pronunciou sobre essas liminares. Enquanto isso, a CPI está impedida de usar em suas investigações documentos oriundos da quebra de sigilo.

Comissão de Orçamento vota pedidos especiais de crédito

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reúne-se hoje, às 18h, para apreciar projetos de abertura de créditos propostos pelo presidente da República. Entre eles, está uma verba de R\$ 76 milhões para o Ministério dos Transportes, que destinará os recursos para obras de dragagem de aprofundamento no porto de Santos (SP).

Na mesma reunião, a comissão examinará pedido de crédito especial para o Ministério da Ciência e Tecnologia, no valor de R\$ 109,3 milhões, para financiar 120 projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área petrolífera, com o objetivo de aumentar a produção e reduzir os preços do petróleo no país.

Também consta da pauta crédito especial de R\$ 2,2 milhões para trabalhos de zoneamento de áreas



Romero Jucá apresentou parecer favorável aos projetos de abertura de crédito em pauta

as de proteção ambiental, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Esses pedidos de crédito especial têm parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Ação entre Amigos é a atração do projeto Cultura ao Meio-Dia

O projeto Cultura ao Meio-Dia apresenta amanhã o filme *Ação entre Amigos*, produção brasileira de 1998 dirigida por Beto Brant. O filme narra a história de quatro amigos que participaram da oposição armada ao regime militar, no período entre o final da década de 60 e o início dos anos 70, quando foram presos e torturados.

Ação entre Amigos foi selecionado para o Festival de Veneza de 1998, dentro da seção Perspectivas. O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, promove sessões de cinema todas as quartas, ao meio-dia, no Auditório Petrônio Portella, abertas ao público em geral e com entrada franca.

onado para o Festival de Veneza de 1998, dentro da seção Perspectivas. O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, promove sessões de cinema todas as quartas, ao meio-dia, no Auditório Petrônio Portella, abertas ao público em geral e com entrada franca.

Everardo vai depor na quinta-feira

A CPI do Sistema Financeiro adiou para quinta-feira o depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, antes previsto para hoje. Ele foi convocado para apresentar aos senadores anteprojetos de lei destinados a reduzir as brechas legais usadas pelas empre-

sas para diminuir o Imposto de Renda a pagar (elisão fiscal).

Ao depor na CPI, em 20 de maio, o secretário informou que, por causa de tais brechas, metade das 530 maiores empresas que atuam no Brasil não pagaram Imposto de Renda no ano passado. Alguns senado-

res consideraram a informação "um escândalo" e pediram ao secretário a elaboração de anteprojetos destinados a mudar a situação. Até o início de agosto, Everardo não havia enviado os documentos aos senadores e, por isso, foi reconvoado pela CPI.

CRE analisa requerimentos para a convocação de dois ministros

A pauta da Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), prevê para hoje a votação de três requerimentos de audiências públicas para ouvir ministros de Estado e outras autoridades sobre diversos aspectos envolvendo a Amazônia.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, poderá ser convidado a falar de aspectos ambientais envolvendo a região. A possibilidade de intervenção dos Estados Unidos na Colômbia e a internacionalização da Amazônia são temas a serem tratados pelo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Os requerimentos são de autoria dos senadores Tião Viana (PT-AC), Roberto Freire (PPS-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). A reunião da comissão está marcada para as 17h30.

A CRE analisa ainda três acordos firmados com a Argentina sobre



Os interesses internacionais relacionados com a região amazônica podem levar à CRE os ministros José Sarney Filho e Luiz Felipe Lampreia

transporte fluvial fronteiriço, integração cultural e isenção de vistos entre os dois países, e outro com a República Theca sobre o exercício do emprego de dependentes de pessoal diplomático. A comissão aprecia também a indicação de José Nogueira Filho para o cargo de embaixador do Brasil em Israel.

Consta também da pauta o texto

da convenção interamericana para a proteção e conservação das tartarugas marinhas, efetivada em Caracas (Venezuela), o protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul, e a adesão do Brasil e das repúblicas de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe a um acordo na área desportiva.

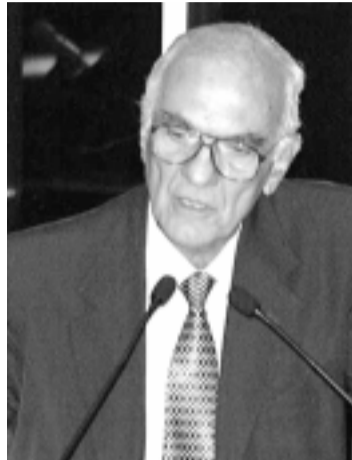
Saturnino afirma que Banco Central não fiscaliza mercado

Diretora do BC teria dito em palestra que órgão não controla com rigor pequenos bancos, bancos estrangeiros, cooperativas e consórcios

O Banco Central não está fiscalizando com rigor os pequenos bancos, bancos estrangeiros, cooperativas de crédito e consórcios. A denúncia foi feita ontem em plenário pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) com base em gravação de uma teleconferência de que participou no dia 18 passado a chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Tereza Cristina Grossi.

De acordo com o texto lido pelo senador, a funcionária do BC disse, durante a teleconferência, concordar com a afirmativa de que a instituição dá ênfase à supervisão dos conglomerados bancários e não dá "a mesma ênfase à supervisão de consórcios, cooperativas e talvez algumas empresas pequenas independentes". Ela argumentou, ainda segundo o senador, que o BC não tem pessoal suficiente para fiscalizar todo o sistema financeiro nacional.

Saturnino declarou-se chocado com as declarações de Tereza Cristina Grossi e disse que o Banco Central está expondo correntistas, aplicadores e a própria economia do país a sérios riscos, "ainda mais porque o BC está deixando de lado a fiscalização das filiais de bancos estrangeiros". O senador



Saturnino se declarou "chocado" e disse que BC expõe correntistas a um "sério risco"

lembrou que o Banco Marka era uma pequena instituição e mesmo assim estava pondo em perigo todo o sistema financeiro, segundo a alegação dos que venderam aos seus proprietários dólar abaixo do preço de mercado. A operação de venda de moeda estrangeira pela autoridade monetária ao Marka está sendo investigada pela CPI do Sistema Financeiro.

A ausência de risco no caso dos bancos estrangeiros é um engano, na opinião de Saturnino. Ele rememorou o episódio do Banco Barings que ruuiu no mundo todo

em 1995 devido a operações mal feitas que estavam sendo realizadas por um único operador na Ásia.

Para o senador, o BC deveria resolver o seu problema de pessoal para poder atender às demandas da sociedade. Uma delas é o atendimento ao cidadão com problemas em contas correntes, que também está sendo relegado a segundo plano. Saturnino criticou a maneira, na sua opinião autoritária, como foi feita a reestruturação da área de fiscalização, sem consulta ao Senado, que é responsável pela aprovação dos nomes indicados pelo governo para a diretoria do Banco Central.

Tereza Cristina disse ainda na teleconferência, segundo o senador, que o processo de reestruturação da área de fiscalização foi fechado. "Nós não discutimos o assunto nem com os chefes de divisão. Nós estamos aguardando a discussão do artigo 192 da Constituição (que trata do sistema financeiro nacional) há dez anos e até hoje não surgiu. Será que teríamos de aguardar mais dez anos para fazer o que nós estamos precisando na área de fiscalização?", teria perguntado a funcionária do BC.

Bancos poderão ter que honrar cheque de cliente

Os bancos podem vir a ser responsabilizados pela emissão de cheques sem fundos por seus correntistas. Projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) altera a lei que trata do assunto, prevendo que as instituições financeiras serão obrigadas a pagar cheques emitidos por seus clientes até metade do valor do salário mínimo vigente. A instituição financeira poderá executar judicialmente os correntistas responsáveis por cheques que forem pagos por ela.

A matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a designação do relator. João Alberto explica, em sua justificativa, que a frequência de

emissão de cheques sem fundos vem aumentando no Brasil e que, portanto, é preciso adotar medidas para moralizar o uso desse instrumento.

Na opinião do senador, as instituições financeiras não são criteriosas ao dar cheques aos correntistas por não terem qualquer responsabilidade relativa ao pagamento desses documentos:

— Ao impor às instituições financeiras a obrigação de pagar os cheques emitidos por seus clientes, acreditamos que elas serão mais seletivas, passando a exigir dos pretendentes a correntistas informações pregressas relativas a crédito, bem como garantias necessárias à cobertura de eventual saldo negativo na conta — afirma



Para João Alberto, bancos passarão a ter mais critérios na escolha dos correntistas

João Alberto Souza.

Conforme o senador, a medida permitirá que os cheques tenham mais aceitação no comércio, "tendo em vista a co-responsabilidade da instituição no seu pagamento.

Fogaça quer criar conselho específico para técnico agrícola

O senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou projeto de lei que cria os conselhos federal e regionais de técnicos agrícolas, atendendo a uma antiga reivindicação desses profissionais que, desde a criação formal da profissão, há mais de 30 anos, estão vinculados aos conselhos regionais de engenharia e arquitetura (Creas).

O conteúdo do projeto foi aprovado pelos profissionais do setor no 11º Encontro Nacional dos Técnicos Agrícolas, realizado no final de maio, em Porto Alegre (RS), quando, segundo o senador, foram "definidas as estratégias de atuação com vistas à transformação da proposta em lei".

Fogaça explica, em sua justificativa, que o projeto visa sanar definitivamente "a situação desconfortável" em que vivem cerca de 200 mil técnicos agrícolas, atualmente registrados nos conselhos de engenharia e arquitetura, órgãos que abrangem um grande número de profissões.

De acordo com José Fogaça, o projeto quer corrigir essa distorção em benefício da categoria,



Fogaça: profissionais vivem situação de desconforto e prejuízo nos Creas

cujos profissionais sempre tiveram seus direitos negados nos plenários regionais e federal, pois a convivência em um conselho multiprofissional "onde a prevalência de determinadas categorias sobre outras gera desconforto e prejuízo, é sempre mais difícil".

Ainda segundo o senador, a proposta tem por objetivo assegurar a fiscalização do exercício profissional de técnico agrícola de forma mais eficiente e garantir a organização da profissão.

Projeto inclui educação ambiental nos currículos

A inclusão de conteúdos de educação ambiental nos currículos da educação básica e superior é o que determina projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), a ser examinado em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE) do Senado. A senadora destaca, em sua justificativa, que o projeto não cria mais um componente curricular, com implicações desfavoráveis dos pontos de vista pedagógico, administrativo e econômico, já que os conteúdos de educação ambiental serão integrados às demais disciplinas, segundo as possibilidades e os interesses de cada estabelecimento de ensino.

Conforme a senadora, o objetivo geral do projeto é conscientizar o público para a conservação e a melhoria do meio ambiente. Até há algumas décadas, lembra Luzia Toledo, não existia clara consciência de que os recursos naturais são finitos



Luzia Toledo quer estimular espírito de preservação ambiental desde criança

e de que o homem é um hóspede do seu planeta, devendo-lhe respeito e cuidado:

— Para que se desenvolva tal consciência, a transformação de atitudes deve ser realizada tão cedo quanto possível, formando nas crianças o sentido da conservação do ambiente em que vivemos — acrescenta a senadora.

Iris Rezende estranha que Goiás e DF sejam excluídos do gasoduto

Senador apela a ministro de Minas e Energia para que reexamine decisão que retirou as duas unidades da Federação da rota de distribuição do gás natural originário da Bolívia

“Surpreso e igualmente perplexo”, definiu-se ontem o senador Iris Rezende (PMDB-GO) diante da informação de que o Ministério de Minas e Energia não considera Goiás nem o Distrito Federal prioritários para serem atendidos pelo gasoduto que trará gás da Bolívia para o Brasil. Ele fez um veemente apelo ao ministro Rodolpho Tourinho para que reveja essa posição.

Conforme o senador, isso ocorreu porque os técnicos do ministério, “através de uma decisão fria, concluíram que a região não teria carga de demanda e consumo industrial suficientes para justificar o empreendimento”. Para o senador, é difícil acreditar que o ministro tenha avalizado uma decisão que prejudica o Centro-Oeste



Iris Rezende se disse “perplexo” com a decisão do Ministério de Minas e Energia

no momento em que a região desponta como uma das regiões brasileiras com maior potencial de desenvolvimento.

Iris Rezende reconheceu que Goiás e Distrito Federal não inte-

gravam a rota original do gasoduto quando o projeto foi concebido, mas lembrou que no ano passado os então governadores Maguito Vilela e Cristovam Buarque assinaram protocolo para viabilizar sua extensão à região. “Tudo estava certo para que fôssemos incluídos no caminho do gás natural que vem da Bolívia”, afirmou.

Para o senador, a exclusão de Goiás e do Distrito Federal do projeto representará uma derrota de graves proporções, visto que essas duas unidades da Federação perderão em muito seu poder de competitividade. Ele disse que o mais viável para a região seria a construção de um ramal do gasoduto partindo de Araraquara (SP) até Brasília, passando por

Goiânia e Anápolis (GO). Esta, segundo o senador, “é uma proposta absolutamente adequada, sem nenhum elemento complicador. “Por isso insistimos em que seja implementada”, completou ele.

Iris disse ainda que o gás natural da Bolívia vai revolucionar a base energética do Brasil, por ser mais limpo e queimar uniformemente. Ele manifestou sua expectativa de que o ministro reveja essa decisão técnica, argumentando que falta aos técnicos a visão do futuro que só o político tem. Também disse que “não existe solução para o problema brasileiro sem que se passe pelo Centro-Oeste”. Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) disse acreditar que Rodolpho Tourinho irá rever a posição do ministério.



Para Tebet, democratização do ensino superior pode melhorar distribuição de renda no país

Tebet prega maior eficácia para ensino superior

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou a realização, em julho último, do Seminário Internacional sobre Educação Superior e suas Tendências para o Século XXI, organizado pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O senador, que abordou no seminário o tema “A Educação Superior e o Homem Público no Século XXI”, solicitou a transcrição de sua palestra nos Anais da Casa.

Tebet, em sua palestra, defendeu um ensino de terceiro grau voltado para a formação de um novo homem, que não só entenda a cidadania como meio de realização pessoal, “mas que esteja integrado eticamente a uma comunidade universal de homens livres, conhecedores dos deveres e dos direitos de uma nova ordem social”.

Para o senador, o ensino superior deve contemplar “o homem integral, abrindo a sua mente e o seu coração para o equilíbrio das relações fraternas, de solidariedade, de compreensão de si mesmo e do próximo”.

Quanto à participação do poder público na formação superior, Tebet destacou que tem que haver, necessariamente, “correspondência entre o que se pede aos educadores e aquilo que o poder público pode oferecer.

— Aos educadores — afirmou — cabe organizarem-se para reivindicar do poder público os meios que julguem pertinentes à maior eficácia do ensino e à sua adequação aos novos tempos. Cabe preocuparem-se com a utilização intensa dos recursos disponíveis, de modo a abrirem-se novas vagas para o grande contingente de estudantes que aspiram uma oportunidade de crescimento intelectual e profissional.

Ramez Tebet acrescentou que a democratização do acesso ao ensino de terceiro grau é fundamental para melhorar a distribuição de renda no país.

Quintanilha destaca avanço na área de comunicações

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) registrou a visita do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, ao estado do Tocantins, realizada ontem para comemorar um ano de privatização do sistema brasileiro de telecomunicações e inaugurar novo tipo de serviço.

Quintanilha afirmou que as informações sobre o setor, divulgadas por Pimenta da Veiga, revelam o rumo correto tomado pelo presidente Fernando Henrique nesta área.

Segundo o senador, o ministro ressaltou as vantagens quantitativas obtidas com a privatização, como a superação, já agora em agosto, da meta estabelecida para o final do ano, de 25 milhões de telefones instalados, assim como a promessa de que não haverá povoado com uma população de 100 pessoas que não tenha serviço de telefonia pública e com 300 pessoas que não tenham telefone em suas moradias.

O senador disse que o salto qualitativo no setor foi também da maior importância, já que a democratização das telecomunicações, obtida com a modernização do sistema, “é sem sombra de dúvidas algo que o Brasil tem de comemorar”.

Quintanilha relatou uma demonstração da telemedicina, feita na presença de Pimenta da Veiga,



Quintanilha afirma que o Brasil “tem de comemorar” novos rumos no setor de comunicações

quando foi feito um eletrocardiograma em um paciente na cidade de Palmas, cujos resultados foram analisados por um corpo médico em Araguaína, a 500 quilômetros de distância.

Leomar Quintanilha disse que a escolha de Tocantins pelo ministro, para fazer essa experiência, foi motivo de alegria. Segundo ele, Pimenta afirmou que o estado conta com diversos planos de ação desenvolvimentista e demonstra a determinação que o Brasil precisa para tocar os avanços no sistema de telecomunicações.

No final do seu pronunciamento, Quintanilha manifestou pesar pela morte do cardeal dom Hélder Câmara.

Senador elogia ação da Fundação Nacional de Saúde no Tocantins

O trabalho social que a Fundação Nacional de Saúde vem desenvolvendo no estado do Tocantins, sobretudo nos municípios mais carentes, foi destacado pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Ele ressaltou que a fundação, mesmo com limitações orçamentárias, tem conseguido desenvolver ações no combate ao mosquito transmissor da doença de Chagas.

— No meu estado, milhares de pessoas estão expostas à contaminação da doença de Chagas, mal que assola as regiões menos favorecidas do país desde o início do século, sendo que até hoje, às portas do terceiro milênio, ainda não foi possível erradicá-lo completamente — disse o senador.

Quintanilha informou que em 1998 diversas prefeituras firmaram convênios com a fundação para a realização de obras de melhoria das

condições habitacionais na zona rural visando ao controle da doença de Chagas. Os recursos federais destinados ao programa, da ordem de R\$ 2,35 milhões, beneficiaram os municípios de Aliança do Tocantins, Arraias, Combinado, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Porto Nacional e São Valério da Natividade. Eles foram aplicados na reconstrução e restauração de casas em domicílios rurais, atingindo cerca de 600 famílias, disse o senador.

— A opção por investimentos na melhoria das condições habitacionais tem a dupla vantagem de contribuir decisivamente para o controle de vetores naturais da doença de Chagas, já que impede fisicamente o abrigo e a reprodução do mosquito barbeiro nos domicílios, e de melhorar substancialmente a qualidade de vida da população — concluiu o senador.

Patrocínio critica desmonte de auditoria no setor de saúde

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) alertou para as consequências do desmonte do Sistema Nacional de Auditoria da área de saúde, como a falta de controle e fiscalização de importantes atividades do Sistema Único de Saúde (SUS) e o aumento do número de fraudes, com graves prejuízos para a população. Patrocínio citou documento elaborado pela União Nacional dos Auditores do SUS denunciando o problema e manifestou a sua convicção de que o ministro da Saúde, José Serra, determinará um estudo aprofundado do documento.



Patrocínio prevê sistema melhor com redução de fraudes

Para o senador, entre os fatores responsáveis pela crise na saúde pública no Brasil estão a falta de avaliação dos serviços prestados pelos hospitais e a ausência de um sistema efetivo de auditoria que assegure a execução dos serviços hospitalares de acordo com padrões legalmente estabelecidos.

— A partir do momento em que pudermos eliminar ou reduzir drasticamente as fraudes, estaremos contribuindo para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro e para uma verdadeira universalização dos serviços de saúde no Brasil — previu Patrocínio.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Baixo impacto
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Psiquiatria
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — Senador Freitas Neto fala sobre as propostas da CAE para este segundo semestre
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Debate* — Saúde na Amazônia, com o senador Tião Viana e o presidente da Fundação Nacional de Saúde, Mauro Ricardo (reapresentação)
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
13h30 — *Debate* — Saúde na Amazônia, com o senador Tião Viana e o presidente da Fundação Nacional de Saúde, Mauro Ricardo (reapresentação)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos
Logo após — Comissão de Relações Exteriores
21h — *Jornal do Senado*

21h30 — *Debate* — Saúde na Amazônia, com o senador Tião Viana e o presidente da Fundação Nacional de Saúde, Mauro Ricardo (reapresentação)
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Jefferson Péres elogia fim da imunidade de ex-parlamentares

Senador classifica decisão do Supremo Tribunal Federal, que revogou súmula elaborada há 35 anos, de "histórica, embora tardia"

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de revogar uma súmula elaborada há 35 anos, que assegurava imunidade a ex-parlamentares por crimes cometidos durante o exercício do mandato, foi classificada ontem como "histórica, embora tardia" pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Segundo o senador, mesmo sem mandato, ex-parlamentares continuavam beneficiando-se da imunidade.

— No Brasil, a imunidade tem sido considerada sinônimo de impunidade. O Congresso Nacional raramente concede licença para que



Jefferson quer combater a impunidade

parlamentares sejam processados na Justiça comum e engaveta os pedidos de licença por medo de negá-los — afirmou Jefferson Péres.

O senador lembrou que, há cerca de um ano, o Senado Federal aprovou projeto que cria o decurso de prazo para pedidos de licença para processar parlamentares encaminhados pelo STF. Jefferson explicou que, de acordo com o projeto, se o Congresso não se pronunciar dentro de 120 dias sobre o pedido, a licença estará automaticamente concedida. O senador disse que a matéria encontra-se parada na Câmara dos Deputa-

dos e apelou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que entrasse em contato com o presidente da Câmara, Michel Temer, e solicitasse maior agilidade à tramitação do projeto.

Antonio Carlos Magalhães disse a Jefferson que a Mesa do Senado concorda inteiramente com o apelo do senador e destacou o espírito de justiça do STF ao revogar a súmula que mantinha a imunidade para ex-parlamentares. Antonio Carlos acredita que o projeto que institui o decurso de prazo é bom e informou a Jefferson Péres que encaminhará ao presidente da Câmara dos Deputados cópia do discurso, juntamente com transcrição das palavras dele próprio, solicitando a agilização no trâmite do projeto.

Exigência de desincompatibilização para prefeitos é condenada por Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou-se ontem contra a exigência de desincompatibilização de prefeitos, no caso de se candidatarem à reeleição. "Houve a reeleição para presidente da República e governadores, sem afastamento de seus respectivos cargos. Passar a exigir agora seis meses de desincompatibilização será um golpe de puro casuísmo nos prefeitos do país." Substitutivo exigindo a desincompatibilização de candidatos à reeleição para cargos executivos foi aprovado na última semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Maguito se declarou "à vontade" para criticar a reeleição, por ser contra o instituto em todos os níveis. "Mas, existe um ciclo a ser

cumprido. Devemos permitir que a reeleição dos prefeitos se realize com as mesmas regras que vigoraram para presidente e governadores e depois promover uma discussão para aprovar uma legislação partidária e eleitoral sólida e definitiva."

Segundo Maguito, a exigência trará confusão. "Há dois ou três dias, o prefeito de Monte Alegre de Goiás foi assassinado, recaído sobre o vice-prefeito as suspeitas do crime. Esse é o terceiro ou quarto caso desse tipo nas últimas semanas, somente em Goiás, mas a violência política é uma realidade em vários estados."



Maguito Vilela disse que há um "ciclo a ser cumprido"

O discurso suscitou vários apartes. Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Nabor Júnior (PMDB-AC) negaram ser a desincompatibilização um casuísmo contra prefeitos, porque a proposta valerá para todos os candidatos à reeleição, nos três níveis. "Isso será um mal menor", disse Nabor. Para Leomar Quintanilha (PPB-TO), "será uma traição aos prefeitos mudar agora as regras da reeleição". Segundo Geraldo Melo (PSDB-RN), a desincompatibilização é uma medida correta e "casuísmo seria excluí-la em atenção aos atuais prefeitos".

Lobão destaca trabalho de consultoria

A Consultoria Legislativa do Senado Federal, responsável pelo assessoramento parlamentar, recebeu elogios do senador Edison Lobão (PFL-MA), que ressaltou a dedicação e competência do órgão. "A consultoria goza de bom conceito intelectual, tanto dentro como fora do Senado. Com a moderna tecnologia da informação, ampliou-se seu dinâmico desempenho, e hoje usufrui, justifi-

ficadamente, de *status* internacional devido a sua qualificação."

Segundo Edison Lobão, os senadores já se acostumaram a receber dos consultores esclarecimentos sobre assuntos técnicos, bem como assessoramento de alto nível. "Eles possuem discernimento incomum, prudente, correto e sempre voltado para o interesse público", avaliou o senador.



Edison Lobão ressaltou a dedicação e a competência do órgão

Marina lembra apoio de dom Hélder aos pobres

Arcebispo emérito de Olinda e Recife, morto na última sexta-feira, recebeu a homenagem da líder do Bloco Oposição. Para a senadora, ele foi o mais importante nome na história da Igreja Católica no Brasil

Num discurso recheado de citações de parábolas da Bíblia, a senadora Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, prestou ontem homenagem a dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, que morreu na sexta-feira:

– Dom Hélder foi o mais importante líder da Igreja brasileira na história – afirmou a senadora. Ela lembrou que ele foi o fundador, em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), primeira entidade do mundo a reunir todos os bispos de um país.

Depois da criação da CNBB, conforme a senadora, “a Igreja nunca mais foi a mesma e, já em suas primeiras reuniões, a CNBB defendia a necessidade da reforma agrária como solução para os problemas urbanos”.

Para Marina Silva, a opção preferencial pelos pobres, pregada e cumprida por dom Hélder, influenciou a Igreja e foi por influência dele que o Concílio Vaticano II (1962-1965) adotou essa opção. Ela lembrou que, depois de nomeado arcebispo de Olinda e Re-



Marina: dom Hélder tornou-se o inimigo número um do regime militar na década de 70

cife em 1964, dom Hélder foi acusado de comunista por suas denúncias de violação dos direitos humanos pelo regime militar:

– Por sua postura e prestígio internacional, dom Hélder tornou-se o inimigo número um do regime militar, que proibiu qualquer menção a seu nome nos meios de comunicação. No início dos anos 70, o presidente Médici chegou ao cúmulo de mover uma campanha secreta contra a candidatura do arcebispo ao Prêmio Nobel da Paz – acrescentou.

Tiã Viana registra a importância do “santo rebelde”

Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, que faleceu na última sexta-feira, foi homenageado em plenário pelo senador Tiã Viana (PT-AC). Ele destacou a importância do religioso “para todas as gerações dos últimos 50 anos”, e leu a íntegra de artigo do ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, publicado no jornal *Correio Braziliense* sob o título “O santo rebelde”.

No artigo, Cristovam Buarque afirma que dom Hélder foi santo “na abnegada dedicação com que tentava aliviar a pobreza no dia-a-dia” e rebelde, pela radicalidade com que lutou “contra os poderosos e os poderes que criavam a pobreza mais depressa do que o alívio que ele oferecia”. Na opinião do articulista, dom Hélder morreu exatamente no momento em que as elites nacionais parecem se dar conta da injustiça que é manter milhões de pobres na exclusão e em que o país “cansou de ver tanta riqueza ilhada no meio de tanta pobreza”.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), em aparte, disse que dom Hélder deixa saudades profundas, em especial



Tiã Viana disse que dom Hélder foi importante para todas as gerações dos últimos 50 anos

“para nós, nordestinos que iniciamos nossa militância política nos movimentos da Igreja”.

Tiã Viana solicitou à Mesa a inscrição, nos Anais da Casa, do artigo de Cristovam Buarque e de mais dois outros – “Globalização, saúde e tristeza”, do empresário Antonio Ermírio de Moraes, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, e “O horizonte moral de nosso tempo”, de Robert Badinter, presidente da missão interministerial francesa para a celebração do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicado no *Le Monde*.

Calheiros presta homenagem ao 20º aniversário da anistia

O transcurso do 20º aniversário da anistia foi lembrado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Ele destacou a relevância do papel desempenhado pelas personalidades que lutaram pela anistia, para afirmar que, segundo cálculo feito à época, cerca de 500 mil pessoas foram beneficiadas pela lei aprovada pelo Congresso Nacional em 27 de agosto de 1979.

– A anistia tirou da cadeia e das catacumbas, resgatou do medo, trouxe do exílio numerosos brasileiros perseguidos pelo regime de 1964. Devolveu-os como cidadãos à luz, à pátria, à família, aos amigos, ao trabalho e, muitos deles, à atividade política – declarou.

Calheiros listou entidades e personalidades que participaram da ação em defesa da causa, como o Movimento Feminino pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, partidos políticos de oposição, que fundaram grupos de defesa da anistia pelo mundo, e a imprensa. Para o senador, a Igreja, “simbolizada na figura do cardeal de São Paulo, dom Evaristo Arns”, empenhou-se “na defesa dos valores cristãos num ambiente restritivo da liberdade”.

– Não podemos e não devemos esquecer este hiato democrático que tanto custou à inteligência do país. Desde 9 de abril de 1964, quando foi inaugurada a série de infames atos institucionais, os brasileiros perderam a maior das referências cívicas, a liberdade. Foi um hiato, porque a liberdade não se toma, não se perde, não se acaba – afirmou.

O senador lembrou ainda da atuação dos ex-senadores Paulo Brossard (RS) e Teotônio Vilela (AL), que “fizeram sua voz da liberdade”, assim como o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que integrou a primeira lista de 100 cassados beneficiados. Calheiros recordou ainda “os que não voltaram”, homenageando Rubens Paiva, “assassinado na tortura”.

Ao tratar o instrumento como “um remédio que precisamos ter à mão para jamais usar”, Calheiros ressaltou a importância institucional da anistia. Ele observou que, desde a Grécia antiga, a anistia já fora consagrada, assim como na Revolução Francesa, na Guerra Civil Americana e na União Soviética.

O senador enumerou ainda as ocasiões em que a anistia foi usada no Brasil,



Renan Calheiros considera a anistia de 1979 como um dos grandes momentos da história

desde 1654, depois da Guerra dos Guararapes, passando pelas revoltas durante o Império e os primeiros anos da República. Calheiros recordou que em 1945 o decreto de anistia reintegrou “à cidadania plena” personalidades como Luís Carlos Prestes, Octávio Mangabeira, Carlos Marighela, Hermes Lima, Armando de Salles Oliveira e Júlio de Mesquita Filho.

– A anistia de 1979 é para ser comemorada como um dos grandes momentos de nossa história política. Pertence ao povo brasileiro, ao ideário republicano de uma nação, compreensivelmente dividida por classes e interesses, mas unida no sentimento de cidadania que não pode discriminar pessoas por suas idéias, nem deve punir os que ousam defendê-las em nome da democracia – concluiu Calheiros.

Alcântara destaca contribuição dos folcloristas à cultura nacional

A passagem do Dia do Folclore, em 22 de agosto, foi saudada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para o senador, a data deve ser festejada tanto para rememorar “a legitimidade de todas as manifestações culturais locais de que se compõe o grande mosaico da identidade nacional”, como para render homenagem “a todos aqueles intelectuais e acadêmicos que fizeram, e ainda fazem, do folclore e da cultura objeto de viva paixão pelas coisas brasileiras”.

Em seu discurso, o parlamentar destacou dois folcloristas: Luís da Câmara Cascudo e seu predecessor, Sílvio Romero. Ele citou a *Antologia do Folclore Brasileiro*, em sua opinião uma das obras mais preciosas de Câmara Cascudo, publicada em 1943, que traz um inventário das manifestações folclóricas brasileiras desde o século XVI até meados do século XX.

O livro, explicou Lúcio Alcântara, destaca as contribuições de pessoas como Frei Gaspar de Carvajal, Hans Staden, Frei Jaboatão, André Thevet,

Jean de Léry, Fernão Cardim, Nina Rodrigues, Mário de Andrade e até um certo Antonil, nascido na Itália em 1650. Câmara Cascudo destaca ainda Couto de Magalhães, que ressaltou, ainda no século XIX, o aspecto educacional no uso de lendas, modinhas, parábolas e fábulas.

Lúcio Alcântara assinalou a homenagem prestada pelo autor a outro folclorista, Sílvio Romero. Para Cascudo, ele foi o precursor dos estudos sistêmicos sobre o folclore brasileiro. É de Romero a busca e identificação dos primeiros cantos indígenas e africanos assimilados pelas populações mestiças.

Foi Romero quem colheu, no Ceará, a crença de que um pouco de sal aos pés de uma imagem de Santa Luzia indicaria a vinda de chuvas, caso ama-

nhecesse umedecido no dia seguinte. Também no Ceará, coletou a devoção ritualística da “lamentação das almas”, quando os penitentes, matracas em punho, saem a cantar. O livro também atribui a Romero relatos sobre a lenda do “carneirinho de ouro”, de Sergipe; sobre adivinhações pitorescas, na Bahia; sobre o “cavalo marinho”, em Pernambuco; e o “Imperador da Festa do Espírito Santo”, no Rio de Janeiro.

Ao encerrar seu discurso, o senador citou a definição de folclore de Câmara Cascudo em um dos prefácios da *Antologia*: “Não consiste o Folclore na obediência ao pintoresco, ao sertanejismo anedótico, ao amadorismo do caricatural e do cômico, numa caçada monótona ao pseudotípico, industrializando o popular. É uma ciência da psicologia coletiva, com seus processos de pes-

quisa, seus métodos de classificação, sua finalidade em psiquiatria, educação, história, sociologia, antropologia, administração, política e religião”.



Alcântara citou o papel de Luís da Câmara Cascudo e de Sílvio Romero